

O Uso da Profissão Médica para Influência Política em Pleitos Eleitorais

— Kaique Antônio Moreno Leão de Azevedo¹ —

O Brasil, desde muitos anos, sempre foi marcado por uma política conturbada e de particularidades ainda em processo de conhecimento pelos historiadores e pela própria população. Não muito distante da história, observa-se nos dias atuais ainda resquícios de uma velha política onde certos artifícios são utilizados para se chegar ao poder. Sobre esse pleno objetivo, médicos há séculos e de forma gradual, vem participando ativamente dos processos políticos através de sua influência reconhecida e de suas opiniões que são consideradas relevantes para a população.

Recentemente, uma pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) revelou que a profissão médica ocupa o primeiro lugar em relação a confiança dos brasileiros, representando um total de 26%, seguida dos professores (24%) e bombeiros (15%). A pesquisa ainda consta quais são os principais problemas do país na visão dos brasileiros, sendo o primeiro lugar a Saúde (37%), seguida da Corrupção (18%) e Desemprego (15%).⁽¹⁾

Um fato curioso sobre essa pesquisa é que nos mostra dados e informações relevantes que confirmam e explicam de forma clara e objetiva uma situação bastante peculiar que ocorre no Brasil, especialmente nas pequenas e médias cidades: o uso da profissão médica para conquistar eleitorado em eleições municipais.

O médico por ser um profissional que deve cumprimento às questões éticas, que zela e trabalha para um bom desempenho da medicina e que lida diariamente com inúmeras pessoas, se torna figura reconhecida pela população, principalmente, de pequenos municípios brasi-

leiros onde há médicos de referência de forma limitada em postos e hospitais públicos.⁽²⁾ Esse conhecimento da população de pequenas cidades, atrelado à essa cobertura profissional bem limitada e pelo prestígio e bom conceito da profissão, torna o médico popular e bastante influente para questões políticas locais. Esse fato, é claro, chama a atenção de partidos políticos e até mesmo do próprio envolvido que se acha capaz de vencer uma disputa política pelo seu prestígio e confiança dada.

É impreciso nesse momento dizer se na maioria das vezes é o próprio profissional ou se são as direções dos partidos que partem de todas essas particularidades para o planejamento de uma disputa eleitoral no âmbito municipal ainda que faltam pesquisas nesse sentido para que essa questão seja esclarecida. Entretanto, os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmam essa realidade.

No último pleito para eleições municipais, segundo dados do TSE, a Medicina foi o curso de graduação que teve mais prefeitos e vereadores eleitos no Brasil. Foram um total de 273 médicos eleitos para o cargo de prefeito e 350 médicos eleitos para o cargo de vereador, perdendo apenas para a ocupação profissional de então prefeitos que tentaram reeleição (901 eleitos), de agricultores (366 eleitos) e de comerciantes (313 eleitos). No pleito de 2012 também para eleições municipais, 257 médicos foram eleitos prefeitos pelo Brasil.⁽³⁾ Esses dados se comparados com os números de habitantes dessas cidades onde houveram profissionais médicos eleitos, observa-se que 93% delas apresentam até 20 mil habitantes, confirmando ainda mais a manutenção desse quadro

e, assim, com perspectiva de aumento de médicos candidatos e possivelmente eleitos nas próximas eleições.

É evidente que essa análise é bem subjetiva a depender do ponto de vista, mas conhecendo de perto a política e especialmente os pleitos eleitorais de pequenas cidades, fica claro como, cada vez mais, médicos estão se colocando disponíveis para os cargos de prefeitos e vereadores. A consonância entre as atribuições do médico e sua influência na política é algo verdadeiro e muito praticável nas pequenas cidades e as consequências disso são imprevisíveis. Por isso fica a pergunta: até onde a prática médica está sendo usada para favorecimento político pessoal e partidário?

Atender com prioridade, conseguir uma medicação que está em falta, realizar uma cirurgia de forma rápida no mesmo momento em que a fila para o procedimento é grande, são exemplos de situações corriqueiras dentro dos ambientes de saúde no Brasil e tudo isso está se tornando moeda de troca entre interesses pessoais de médicos e pacientes, especialmente em questões políticas. Essa situação de "favorecimento personalizado", onde cada um recebe um benefício conforme a sua intenção política, é agravada ainda mais por não haver qualquer cobertura que possa monitorar e vigiar esses profissionais, instigando-os a praticar de forma descontrolada atitudes que prejudicam a saúde pública e a relação ética do profissional na sociedade. Embora o Código de Ética Médica transpareaça em seu capítulo primeiro que "*O trabalho do médico não pode ser explorado por terceiros com objetivos de lucro, finalidade política ou religiosa*", não parece ser

1 - Medicina, Faculdade Governador Ozanam Coelho, Ubá, Minas Gerais, Brasil.

respeitado nem seguido nesses diversos casos, ainda que o próprio Código não impeça que médicos possam exercer outras atividades.⁽⁴⁾ De uma perspectiva diferente toda essa situação nos remete ao coronelismo, prática histórica nas estranhas do país, onde havia trocas de favores, o abuso de autoridade e a relação de cobrança por um determinado serviço prestado. O Brasil ainda vive os resquícios do coronelismo que de forma contextualizada com realidade do país envolve todos os seguimentos da sociedade. É importante observar que a população também se insere nesse processo e tem grande parcela de envolvimento. A relação de gratidão ao médico por um atendimento ou um procedimento bem realizado expõe a população de pequenas cidades a essa troca de favores, o que garante o caráter social desse processo e intensifica esse “coronelismo mascarado” e não há absolutamente nada para impedir esse quadro vicioso. A saúde já está enferma pelas suas deficiências físicas e sociais as quais são frutos da in-

competência de gestão pública do Estado e isto não pode comprometer ainda mais a boa medicina praticável no país. A instituição do ego, a intenção de garantia de direitos e privilégios, a manutenção da perpetuação de poder, tudo isso está sendo usado para deturpar a prática médica imprescindível no Brasil. Essa é uma realidade fácil de ser analisada em campo; basta se dirigir a um pequeno município onde o gestor é um profissional médico e entrevistar alguns habitantes, perguntando-os sobre confiança no gestor, confiança em sua atividade profissional ou o quanto ele já contribuiu para a sua saúde e da sua família. As histórias e as análises sociológicas que os resultados podem mostrar serão impressionantes. Dessa forma, as pequenas cidades estão se tornando reféns desse ciclo vicioso e não há qualquer compromisso público que possa enxergar esse problema que de longe parece pequeno, mas se agregados podem assomar uma situação desconfortável e desnecessária a Medicina do nosso país. ▲

BIBLIOGRAFIA

1. Federal de Medicina, Conselho; Datafolha, Instituto. Percepção dos brasileiros sobre a Confiança e Credibilidade em Profissionais e Instituições: População Brasileira, 16 anos ou mais. 2016. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/apresentacaodatafolha2016.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
2. Responsabilidade Médica. São Paulo: Rev Bras Oftalmol, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbof/v69n2/a01v69n2.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
3. Superior eleitoral, Tribunal. Estatísticas de Candidatos: Cargo/Ocupação. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 21 maio 2017.
4. Federal de Medicina, Conselho. Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 1.931/09. 2009. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

► CANDIDATURAS AO PRÊMIO BIAL DE MEDICINA CLÍNICA 2018 TERMINAM A 31 DE AGOSTO

As candidaturas ao Prémio BIAL de Medicina Clínica 2018, um dos maiores e mais conceituados prémios na área da saúde, terminam a 31 de agosto. Orientado para a prática clínica, este galardão visa promover a investigação realizada no contexto dos Hospitais, das Unidades e Centros de Saúde com um impacto direto na realidade diária destas instituições, dos seus profissionais e dos doentes.

O júri desta edição é presidido pelo Prof. Sobrinho Simões e integra professores das Faculdades e Escolas de Medicina de Portugal.

Podem candidatar-se ao Prémio BIAL de Medicina Clínica 2018 autores de uma obra intelectual original, de índole médica, com tema livre e dirigida à prática clínica, que represente um trabalho com resultados de grande qualidade e relevância. Pelo menos um dos autores tem de ser médico nacional de um país de expressão oficial portuguesa.

O Prémio, com um valor de 100 mil euros, contempla também a publicação do trabalho vencedor, numa primeira edição exclusiva, para distribuição gratuita a profissionais de Saúde. O regulamento prevê ainda a possibilidade de atribuição de duas Menções Honrosas, no valor de 10 mil euros cada.

O regulamento e o formulário de candidatura estão disponíveis em www.fundacaobial.com.

A última edição do Prémio BIAL de Medicina Clínica distinguiu a obra “Pé Di@bético - soluções para um grande problema” da médica Maria de Jesus Dantas, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, num trabalho que descreve um plano de tratamento desta patologia nas suas variadas vertentes, que pode ser replicado nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

As Normas de Publicação de Anamnesis encontram-se no site da revista: <http://www.anamnesis-revistamedica.com>